

Índios querem direção da Funai

□ Caciques gaúchos estão pressionando para que lider caingangue assuma administração regional do órgão, sediada em Passo Fundo

Antônio Pacheco-Arquivo/ZH



Identidade: reservas lutam por representante que conheça seus problemas

sugerir alterações ao Ministério da Justiça.

A definição do novo administrador da delegacia da Funai no Rio Grande do Sul deve ocorrer a partir desta semana, através da decisão do superintendente Trontczynski. O cacique Samuel Claudino, presidente do Conselho de Caciques Indígenas do Rio Grande do Sul, avisa que as lideranças indígenas não vão mais aceitar pessoas estranhas aos interesses dos índios assumindo cargos de chefia dentro da Funai. Disse que os

índios desejam um administrador que trabalhe em favor das comunidades indígenas, devendo ser um "homem de decisão", que conheça os problemas das comunidades indígenas. Por isso, Claudino defende um índio para administrar o órgão, "pois conhece e sofre na pele os problemas enfrentados pelos seus irmãos". Diz que os índios não admitem mais que se faça política dentro do trabalho indígena.

AUTONOMIA — A escolha de um

caingangue para o cargo é classificada pelos caciques como histórica. O administrador substituto da Funai, João Alberto Ferrarezi, funcionário do órgão, antecipa não ter interesse em permanecer no cargo, acreditando que a indicação dos índios será confirmada. Kâme-Si Ribeiro, é bacharel em Ciências Sociais e atual chefe do posto da Reserva da Guarita.

Mozart Dietrich, integrante do Conselho de Missões Indígenas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (Comin), considera "inédita" no País a indicação de um índio para ocupar o cargo de delegado da Funai. Até o momento, o cargo máximo alcançado por um índio foi o de chefe de posto, como ocorreu com Kâme-Si Ribeiro, responsável pelo posto da Guarita, conta o membro do Comin.

Dietrich explica que a luta por autonomia junto à Funai é uma forma de os índios conseguirem ver respeitada sua característica de um povo com uma organização social própria, uma cultura, costumes e língua peculiares. Ao mesmo tempo, significará que os índios têm uma área territorial própria, formando uma nação dentro do território brasileiro, o que não é bem visto por alguns setores, avalia Dietrich. Para ele, o chefe do posto da Guarita é um líder natural, muito bem visto pela comunidade, e que vem fazendo um trabalho que busca a união entre os diversos grupos indígenas.

Jogo de interesses divide Fundação

Desde que foi criada, em 1967, a Funai vem percorrendo um caminho difícil, procurando se equilibrar em meio a um intenso jogo de interesses e opiniões. De um lado, os partidários da rápida integração do índio na sociedade, com adeptos especialmente nos setores desenvolvimentistas do Governo. No outro extremo, indígenas, antropólogos e missionários, que suspeitam de qualquer ato que possa descaracterizar as culturas originais. Entre estes dois pólos antagônicos estão os cerca de 220 mil índi-

genas que sobreviveram dos mais de 5 milhões que habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus.

Os projetos de integração dos governos pós-Getúlio Vargas nos últimos 40 anos fizeram com que o progresso do homem branco acabasse entrando em choque com povos primitivos e, até então, intocados. Com a criação da Transamazônica, durante o Governo Militar, este contato foi acelerado e tomou contornos mais graves. Mesmo com o surgimento da Fundação Nacional do Índio, as escaramuças entre colonizadores e in-

dios apenas aumentaram em número e seriedade.

Durante os anos 70 e 80, a Funai somente conseguiu desagradar a ambas as partes. A nível nacional, já passaram pela presidência da instituição mais de 15 diferentes nomes, sem que ninguém tenha conseguido resolver de forma definitiva o problema que enfrentam aqueles que um dia já foram donos do território brasileiro e que hoje brigam apenas pela própria sobrevivência e destino. (Pesquisa/ZH)

BR-377 sem asfalto

Representantes de 30 municípios da região de Cruz Alta reúnem-se no próximo dia 19 em Cruz Alta para pressionar autoridades responsáveis pela obras de asfaltamento da BR-377, em construção há mais de 20 anos, e sem perspectivas imediatas de conclusão. Encontro será realizado durante a realização da XI Coxilha Nativista em Cruz Alta, conforme definido em reunião no último sábado no município de Ibirubá.